

Documentação  
 DEPRN (cotidiano)  
 2/5/2001  
 Pg. C 6

# Liberado aterro na Mantiqueira

DAS REGIONAIS

O Ibama elaborou parecer favorável à instalação de um aterro para resíduos perigosos em Tremembé (138 km de São Paulo), no Vale do Paraíba. Moradores da região contestam o negócio da Sasa (Sistemas Ambientais Comércio Ltda.) que está em funcionamento desde o final de 2000.

O laudo foi feito por solicitação dos Ministérios Públicos Federal e do Estado. O objetivo era verificar a legalidade da iniciativa da Sasa e a possibilidade de a obra estar construída em área imprópria e causar danos ambientais.

A dúvida era se o Ibama deveria ter sido consultado antes da implantação do aterro classe 1 (resí-

duos perigosos) pelo fato de áreas de preservação permanente integrarem o terreno.

A empresa já havia obtido autorização de órgãos ambientais estaduais —DEPRN (Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais), Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental), Daia (Departamento de Análise de Impacto Ambiental) e Consema (Conselho Estadual do Meio Ambiente).

A Associação Rural do Bairro do Mato Dentro, que reúne moradores das proximidades do aterro, afirma que a obra não poderia ter sido permitida por causa das áreas de preservação permanente e por estar, segundo eles, no entorno da área de preservação am-

biental da serra da Mantiqueira.

“As criações de gado e de rãs são abastecidas a partir de um lago que está a menos de 200 metros do aterro e cujas águas vêm de mananciais e da água da chuva”, disse Rainer Knoop, produtor rural e membro da associação.

O diretor do DEPRN, Alexandre Pereira Cavalcanti, afirmou que a licença prévia foi concedida para a Sasa em setembro de 98. Competia aos Estados decidir pela concessão da licença em áreas de proteção permanente.

Atualmente, a legislação estabelece que a autorização deve passar antes pela anuência do Ibama.

O superintendente da Sasa, Breno Caleiro Palma, afirmou que a empresa seguiu rigorosamente

todos os passos para a obtenção das licenças e que os aterros apresentam padrão internacional.

Segundo ele, o aterro de classe 1 da Sasa não pode receber todos os tipos de resíduos perigosos. “Para cada tipo de resíduo, a Cetesb dá uma autorização específica. Não podemos receber, por exemplo, resíduos com alto teor de solvente, óleo, graxas e radioativos. Recebemos os inorgânicos sólidos.”

Cerca de US\$ 14 milhões foram gastos entre a compra do terreno e a instalação do aterro.

“Também atendemos aos padrões exigidos em relação à distância de núcleos populacionais e de rios. Temos 18 pontos de monitoramento do lençol freático, dos quais 10 são no classe 1.”